

Coleção CONPEDI/UNICURITIBA

VOL. 33

Organizadores

PROF. DR. ORIDES MEZZAROBA
PROF. DR. RAYMUNDO JULIANO REGO FEITOSA
PROF. DR. VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA
PROF^a. DR^a. VIVIANE COELHO DE SÉLLOS-KNOERR

Coordenadores

PROF. DR. ILTON GARCIA DA COSTA

RELAÇÕES PRIVADAS E DEMOCRACIA

2014 | Curitiba





Nossos Contatos

São Paulo

Rua José Bonifácio, n. 209,
cj. 603, Centro, São Paulo – SP
CEP: 01.003-001

Acesse: www.editoraclassica.com.br

Redes Sociais

Facebook:

<http://www.facebook.com/EditoraClassica>

Twitter:

<https://twitter.com/EditoraClassica>

EDITORA CLÁSSICA

Conselho Editorial

Allessandra Neves Ferreira
Alexandre Walmott Borges
Daniel Ferreira
Elizabeth Accioli
Everton Gonçalves
Fernando Knoerr
Francisco Cardozo de Oliveira
Francisval Mendes
Ilton Garcia da Costa
Ivan Motta
Ivo Dantas
Jonathan Barros Vita
José Edmilson Lima
Juliana Cristina Busnardo de Araujo
Lafayette Pozzoli
Leonardo Rabelo
Lívia Gaigher Bósio Campello
Lucimeiry Galvão

Equipe Editorial

Editora Responsável: Verônica Gottgroy

Capa: Editora Clássica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

R382

Relações privadas e democracia
Coleção Conpedi/Unicuritiba.

Organizadores : Orides Mezzaroba / Raymundo Juliano
Rego Feitosa / Vladimir Oliveira da Silveira
/ Viviane Coêlho Séllos-Knoerr.

Coordenador : Ilton Garcia da Costa.

Título independente - Curitiba - PR . : vol.33 - 1ª ed.

Clássica Editora, 2014.

435p. :

ISBN 978-85-8433-021-8

1. Direito constitucional.

I. Título.

CDD 341

XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/ UNICURITIBA
Centro Universitário Curitiba / Curitiba – PR

MEMBROS DA DIRETORIA

Vladmir Oliveira da Silveira

Presidente

Cesar Augusto de Castro Fiuza

Vice-Presidente

Aires José Rover

Secretário Executivo

Gina Vidal Marcílio Pompeu

Secretário-Adjunto

Conselho Fiscal

Valesca Borges Raizer Moschen

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa

João Marcelo Assafim

Antonio Carlos Diniz Murta (suplente)

Felipe Chiarello de Souza Pinto (suplente)

Representante Discente

Ilton Norberto Robl Filho (titular)

Pablo Malheiros da Cunha Frota (suplente)

Colaboradores

Elisangela Pruencio

Graduanda em Administração - Faculdade Decisão

Maria Eduarda Basilio de Araujo Oliveira

Graduada em Administração - UFSC

Rafaela Goulart de Andrade

Graduanda em Ciências da Computação – UFSC

Diagramador

Marcus Souza Rodrigues

APRESENTAÇÃO	13
FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL (Enoque Feitosa e Lorena Freitas)	16
INTRODUÇÃO: DIREITO DE PROPRIEDADE X FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	17
FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NA CONSTITUIÇÃO DE 88: COMO INTERPRETAR E COMPATIBILIZAR AS DUAS CLÁUSULAS?	20
A REFORMA AGRÁRIA COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DA EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DE FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	21
CONCLUSÃO: OS LIMITES À PROPRIEDADE PRIVADA NÃO PRODUTIVA DA TERRA COMO OPÇÃO DO LEGISLADOR CONSTITUINTE	29
REFERÊNCIAS	29
A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO NO SISTEMA DO CÓDIGO CIVIL: UMA NOVA VISÃO DO DIREITO CIVIL CONTRATUAL (Renata Poloni Sanches)	31
REFERÊNCIAS	50
A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Luciana Costa Poli e Bruno Ferraz Hazan)	51
INTRODUÇÃO	52
O CONTRATO CONTEMPORÂNEO: UMA VISÃO FUNCIONAL	53
FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO: VISÃO GERAL	57
BUSCANDO UM HORIZONTE INTERPRETATIVO PARA A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS	60
MEIO AMBIENTE E FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS: INTERFACE NECESSÁRIA	62
CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS	66
A FUNÇÃO SOCIAL NO DIREITO PRIVADO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DAS EMPRESAS INDIVIDUAIS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (César Fiuza e Thiago Penido Martins)	70
INTRODUÇÃO	71
FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	73
FUNÇÃO SOCIAL DA POSSE	77
FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS E OBRIGAÇÕES	81
FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DAS EMPRESAS INDIVIDUAIS DE	

RESPONSABILIDADE LIMITADA	86
CONCLUSÃO	91
BIBLIOGRAFIA	93
A RELAÇÃO ENTRE A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA, A LIVRE INICIATIVA ECONÔMICA E A PROPRIEDADE PRIVADA (Kátia Lima Sales Leite)	95
INTRODUÇÃO	96
A PROPRIEDADE EMPRESARIAL: A EMPRESA COMO EXPRESSÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE	97
A LIVRE INICIATIVA ECONÔMICA PRIVADA	101
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	105
A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA	109
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	115
O DIREITO (FUNDAMENTAL) À PROPRIEDADE NO ÂMBITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO E A SUA RELATIVIZAÇÃO PELO INSTITUTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE (Samantha Ribas Teixeira)	117
INTRODUÇÃO	118
BREVE HISTÓRICO SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA – UMA INTRODUÇÃO NECESSÁRIA	119
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAPITALISMO: O DIREITO (FUNDAMENTAL) À PROPRIEDADE NO BRASIL	122
FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE - RELATIVIZAÇÃO DO DIREITO (FUNDAMENTAL) À PROPRIEDADE?	125
CONCLUSÃO	128
REFERÊNCIAS	129
A SUPERAÇÃO DA DICOTOMIA PÚBLICO-PRIVADO SOB O ENFOQUE DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE (Cristina Malaski Almendanha)	132
O CONCEITO E A FUNÇÃO DO ESTADO	133
O MOVIMENTO DE CODIFICAÇÃO	134
A DICOTOMIA PÚBLICO – PRIVADO	135
A PROPRIEDADE NO ESTADO MODERNO	138
PROPRIEDADE: UM DIREITO SUBJETIVO?	140
O ESTADO CONSTITUCIONAL E A SUPERAÇÃO DA DICOTOMIA	144
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL	145
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	148

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: CONTEÚDO OU LIMITE?	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	157
PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, PROTEÇÃO JURÍDICA DO EMBRIÃO E O DIREITO À VIDA (Cynthia Brandalize Fendrich e Miguel Kfoury Neto)	161
INTRODUÇÃO	163
APONTAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	164
A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	166
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	167
O VALOR DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PROTEÇÃO JURÍDICA DO EMBRIÃO E O DIREITO À VIDA	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS	177
ANÁLISE DO REGIME DAS INCAPACIDADES NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO APLICADO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL SOB A ÓTICA CIVIL-CONSTITUCIONAL: INSUFICIÊNCIA ÀS SITUAÇÕES JURÍDICAS EXISTENCIAIS (Ana Vlândia Martins Feitosa e Olívia Marcelo Pinto de Oliveira) ..	180
INTRODUÇÃO	181
O TRADICIONAL REGIME DAS INCAPACIDADES NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO	182
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A FUNCIONALIZAÇÃO DO REGIME DAS INCAPACIDADES	186
NOVOS RUMOS PARA A PROTEÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	189
CONCLUSÃO	192
REFERÊNCIAS	193
DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE NO CONTEXTO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (Jussara Schmitt Sandri e Patricia Machado Dias Olders)	197
INTRODUÇÃO	198
DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE	199
DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	205
CONFLITOS DE VALORES CONSTITUCIONAIS: DIREITO À IDENTIDADE PESSOAL VERSUS DIREITO À INTEGRIDADE PSICOFÍSICA	217
DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA	221
CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
REFERÊNCIAS	223
DAS UNIÕES POLIAFETIVAS HOJE: UMA ANÁLISE À LUZ DA PUBLICIZAÇÃO DO PRIVADO E DO	

ACESSO À JUSTIÇA (Luis Gustavo Liberato Tizzo e Priscila Caroline Gomes Bertolini)	227
INTRODUÇÃO	228
DO ESTADO LIBERAL AO ESTADO SOCIAL: UMA BREVE PONDERAÇÃO HISTÓRICA	229
A QUESTÃO DA PUBLICIZAÇÃO DO PRIVADO	232
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA PERSONALIDADE	234
O AFETO E A SITUAÇÃO ATUAL DO DIREITO DE FAMÍLIA	237
DAS UNIÕES POLIAFETIVAS	241
CONCLUSÃO	252
REFERÊNCIAS	253
DIREITO À CONTINUIDADE DO TRATAMENTO MÉDICO EM CASO DE DESLIGAMENTO DO PROFISSIONAL JUNTO AO PLANO DE SAÚDE (Antônio Carlos Efig e Silvio Alexandre Fazolli)	257
INTRODUÇÃO	258
A CONFIANÇA ENQUANTO OBJETO ESSENCIAL E IMPLÍCITO DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS	259
CONTRATOS DE PLANO DE SAÚDE E O DESCREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS	260
SITUAÇÃO DE DESCREDENCIAMENTO REQUERIDA PELO PRÓPRIO MÉDICO	272
CONCLUSÃO	273
REFERÊNCIAS	274
A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 61, § 2º, DA LEI 11.101/2005: AFRONTA AO ATO JURÍDICO PERFEITO E À COISA JULGADA (Giovani Bruno Albertoni e Sandro Mansur Gibran)	276
INTRODUÇÃO	277
A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À SEGURANÇA JURÍDICA	278
O ATO JURÍDICO PERFEITO	279
O DOLO E A BOA-FÉ NO NEGÓCIO JURÍDICO	281
A COISA JULGADA	283
O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	284
A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 61, § 2º DA LEI 11.101/2005 – PREJUÍZO À SEGURANÇA JURÍDICA	286
CONCLUSÃO	293
REFERÊNCIAS	295
O PODER MIDIÁTICO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS (Dagmar José Belotto e Matheus Felipe de Castro)	299
INTRODUÇÃO	300

PODER MUDIÁTICO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	301
O PODER PRIVADO DA MÍDIA E A COMUNICAÇÃO SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	302
A EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE MUDIÁTICA	305
DIREITOS FUNDAMENTAIS ENVOLVIDOS NA RELAÇÃO MÍDIA-CIDADÃO	308
CONFLITOS ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS	320
CONSIDERAÇÕES FINAIS	324
REFERÊNCIAS	326
DEMOCRACIA, AUTONOMIA E AÇÃO COMUNICATIVA: A TEORIA DO DISCURSO DE JÜRGEN HABERMAS E A TUTELA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA (Kenza Borges Sengike José Roberto Tioosi Junior)	328
NOTAS INTRODUTÓRIAS	329
TEORIA DO DISCURSO: O AGIR COMUNICATIVO DE HABERMAS	330
A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	338
NOTAS CONCLUSIVAS	341
REFERÊNCIAS	343
DIREITOS DA PERSONALIDADE E LESÃO EM FACE DA AUTOEXPOSIÇÃO NEGOCIADA (Paulo Henrique Silveira Robert)	345
INTRODUÇÃO	346
DOS DIREITOS DO HOMEM AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	347
O ELEMENTO VOLITIVO NA AUTONOMIA PRIVADA LIGADA AOS CONTRATOS E A POSSIBILIDADE DA RENÚNCIA	349
DA PERDA DE VALORES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	353
A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	354
DO DIREITO À DISPOSIÇÃO DA PRÓPRIA IMAGEM E DO PRÓPRIO CORPO	358
CONSIDERAÇÕES FINAIS	367
REFERÊNCIAS	367
LIBERDADE DE IMPRENSA E INVIOIABILIDADE DA INTIMIDADE DA PESSOA HUMANA: NECESSIDADE DE HARMONIZAÇÃO NO CASO CONCRETO (Ana Sylvia da Fonseca Pinto Coelho e Cristiane Rêgo)	370
INTRODUÇÃO	371
DIREITOS A PERSONALIDADE - BREVES CONSIDERAÇÕES	372
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO	373
PRIVACIDADE - A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA INTIMIDADE	379

CONFLITO EXISTENTE ENTRE A PRESERVAÇÃO DA INTIMIDADE E A LIBERDADE DE IMPRENSA	388
A POSIÇÃO DO STF: UMA BREVE ANÁLISE DO JULGAMENTO DA ADPF N. 130	391
CONCLUSÃO	393
REFERÊNCIAS	395
O DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE CONTRATUAL E O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE À LUZ DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES PRIVADAS (Tainah Simões Sales)	397
INTRODUÇÃO	398
A TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	398
O DIREITO À LIBERDADE	400
A LIBERDADE CONTRATUAL E O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE	402
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL	403
CONSIDERAÇÕES FINAIS	408
REFERÊNCIAS	411
DIREITO E GLOBALIZAÇÃO: A CRISE DA DEMOCRACIA E SEUS SISTEMAS DE DIREITO (Ana Laura Teixeira Martelli e Elve Miguel Cenci)	413
INTRODUÇÃO	414
GLOBALIZAÇÃO: O ENCOLHIMENTO DA TERRA	414
GLOBALIZAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA	416
CONCLUSÃO	423
BIBLIOGRAFIA	425
A CRISE DO ESTADO MODERNO E AS AGÊNCIAS REGULADORAS (Clodomiro José Bannwart Júnior e Diogo Diniz Lopes Sola)	428
INTRODUÇÃO	429
DA FORMAÇÃO À CRISE DO ESTADO MODERNO	430
AS AGÊNCIAS REGULADORAS	435
CONCLUSÃO	440
REFERÊNCIAS	442

Caríssimo(a) Associado(a),

Apresento o livro do Grupo de Trabalho **Relações Privadas e Democracia**, do XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado no Centro Universitário Curitiba (UNICURUTIBA/PR), entre os dias 29 de maio e 1º de junho de 2013.

O evento propôs uma análise da atual Constituição brasileira e ocorreu num ambiente de balanço dos programas, dada a iminência da trienal CAPES-MEC. Passados quase 25 anos da promulgação da Carta Magna de 1988, a chamada Constituição Cidadã necessita uma reavaliação. Desde seus objetivos e desafios até novos mecanismos e concepções do direito, nossa Constituição demanda reflexões. Se o acesso à Justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo. Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e consequentes novos parcelamentos das dívidas dos entes federativos, bem como o julgamento da chamada ADIN do calote dos precatórios. Cito apenas um dentre inúmeros casos que expõem os limites da Constituição de 1988. Sem dúvida, muitos debates e mesas realizados no XXII Encontro Nacional já antecipavam demandas que semanas mais tarde levariam milhões às ruas.

Com relação ao CONPEDI, consolidamos a marca de mais de 1.500 artigos submetidos, tanto nos encontros como em nossos congressos. Nesse sentido é evidente o aumento da produção na área, comprovável inclusive por outros indicadores. Vale salientar que apenas no âmbito desse encontro serão publicados 36 livros, num total de 784 artigos. Definimos a mudança dos Anais do CONPEDI para os atuais livros dos GTs – o que tem contribuído não apenas para o propósito de aumentar a pontuação dos programas, mas de reforçar as especificidades de nossa área, conforme amplamente debatido nos eventos.

Por outro lado, com o crescimento do número de artigos, surgem novos desafios a enfrentar, como o de (1) estudar novos modelos de apresentação dos trabalhos e o de (2) aumentar o número de avaliadores, comprometidos e pontuais. Nesse passo, quero agradecer a todos os 186 avaliadores que participaram deste processo e que, com competência, permitiram-nos entregar no prazo a avaliação aos associados. Também gostaria de parabenizar os autores

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

